

Revista Informativa da Rede da Criança **ECOS**

*Nr. 03,
Jan - Dez 2009*

Sociedade Civil submete 1º Relatório sobre os Direitos da Criança às Nações Unidas



**Quem controla a implementação dos instrumentos de defesa
da criança? ... saiba e decida**

Pág. 4 *Linha SOS para Criança: 116 é o número que passou a atender casos de crianças abusadas e na rota de tráfico em Moçambique. Acompanhe a entrevista com a coordenadora do projecto*



Pág. 16 *Estudo da Eurosis concluiu que as Organizações da Sociedade Civil têm em conta o aspecto Direitos Humanos na programação das suas acções*



Centrais *Saiba tudo sobre o processo de elaboração e submissão do primeiro Relatório da SC moçambicana sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Moçambique*



Pág. 15 *Manual contra violência ajuda as crianças a compreenderem os contornos do fenómeno e as prepara para saberem se defender*



Pág. 16 *A Rede da Criança discutiu com seus parceiros nacionais e regionais a problemática de orçamentos alocados para a area da criança*



A raiz da vida

A raiz da vida

É o xigubogritando na noite grávida
De xingombela, e despedindo-se da
madrugada

É o Cocuana contando “ xitocozele” aos
Mufanas de Chamanculo

A raiz da vida

É o xipalapala cantando e alegrando
Os belos bailarinos da minha terra
Os palmares

É o som do “ xicomo” chocando-se
Com a terra e provocando um faísca
De produtos

A raiz da vida

É a lua quando respira as cores da
fogueira

É o silêncio do grito quando ouve
O xigubo cantando na raiz da vida

A raiz da vida

São os mais velhos com as suas almas
Tatuadas de experiência, educando nós
os
Petizes

Outros Destaques

Pág. 5—*Ministros da SADC desenham em Maputo plano regional de dez anos para o combate ao tráfico de pessoas.*

Pág. 12—*ATIGAME, membro da Rede da Criança no distrito de Manjazeze, em Gaza, resente-se de falta de apoios*

Pág. 18 — *ECPAT e Body Shop juntos na luta contra a exploração sexual de crianças e jovens para fins sexuais*

Por: Sérgio Raimundo

Equipa de Coordenação:

Amélia Fernanda (Directora Executiva),
Francisco Parrique (sensibilização Pública),
Rui António (Informação e Comunicação),
André Nhatsave (Administração e Finanças)

A Rede da Criança liderou um processo que marcou, pela primeira vez, a forma como os Direitos da Criança são abordados em Moçambique. Ao coordenar, com os mais diversos actores nesta área, a elaboração e submissão ao Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança o Primeiro Relatório da Sociedade Civil sobre a Implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Moçambique, a Rede da Criança acredita que jamais as coisas serão como antes.

Trata-se de um exercício de advocacia a favor da criança que ultrapassa as fronteiras nacionais, pois, os problemas são discutidos ao mais alto nível das Nações Unidas, em Genebra, aquela que é considerada a capital mundial dos Direitos Humanos. Mas, mais importante que estar a discutir o assunto em Genebra, é que a abordagem é feita em volta de recomendações/ comentários específicos que o nosso Governo recebeu depois de submeter o relatório inicial e que tinha por obrigação dar um atenção especial, à luz da própria Convenção sobre os Direitos da Criança.

Porque esta foi a primeira vez que a Sociedade Civil moçambicana reportou directamente ao Comité sobre a situação em Moçambique, o momento torna-se particularmente especial e abre espaço para uma série de expectativas que não podem ser outras senão esperar uma substancial melhoria da situação da criança no país.

A Rede da Criança liderou o processo, mas não é proprietária deste relatório. Ele leva o timbre da

Sociedade Civil moçambicana, especialmente daquelas organizações que se preocupam com os problemas da criança e se envolveram na sua elaboração.

Este relatório é elaborado em forma de comentário ao último relatório sobre os Direitos da Criança submetido pelo Governo às Nações Unidas. Isto significa, mais ou menos, que o mesmo verifica o grau de cumprimento das recomendações à luz do Relatório Inicial e confronta com a posição do Governo em relação às mesmas.

As Nações Unidas analisam as duas posições e tiram as suas ilações sobre o que realmente deve estar a acontecer no país, fazendo um juízo de valores imparcial.

Por outras palavras; este exercício dá mais uma janela às Nações Unidas de ter a percepção do evoluir da situação sob duas dimensões: Governamental e Não Governamental.

É, sem dúvida, um exercício de democracia do qual não há vencedores nem vencidos. Saímos todos a ganhar.

No entanto, apresentar o relatório às NU foi apenas o princípio. Daqui nascem grandes responsabilidades e todos nós somos chamados ficar de olho aberto de modo a não perdermos de vista o desenrolar da situação nos próximos tempos. Quer dizer, não podemos falhar o nosso dever de prestar contas às pessoas à quem servimos: as crianças. Submeter periodicamente este tipo de relatórios às Nações Unidas é um excelente acto de prestação de contas.

FOTO REPORTER



116: SOS. criança abusada

O 116 é já um número de referência quase que obrigatória para todas as crianças, e não só, em Moçambique. Este número foi recentemente autorizado pelo Instituto Nacional de Ciências e Comunicações (INCM) para ser usado como linha de apoio à crianças que precisem de qualquer forma de apoio, mas sobretudo para aquelas que estejam a ser vítimas de qualquer forma de abuso ou que estejam na rota do tráfico.

A atribuição deste número é resultado de um esforço que vem sendo desenvolvido há mais um ano pela Linha Fala Criança (LFC), uma iniciativa atribuída à quatro organizações que operam na área da Criança em Moçambique, nomeadamente a Rede Came, a Rede da Criança, a Save the Children e a Plan International.

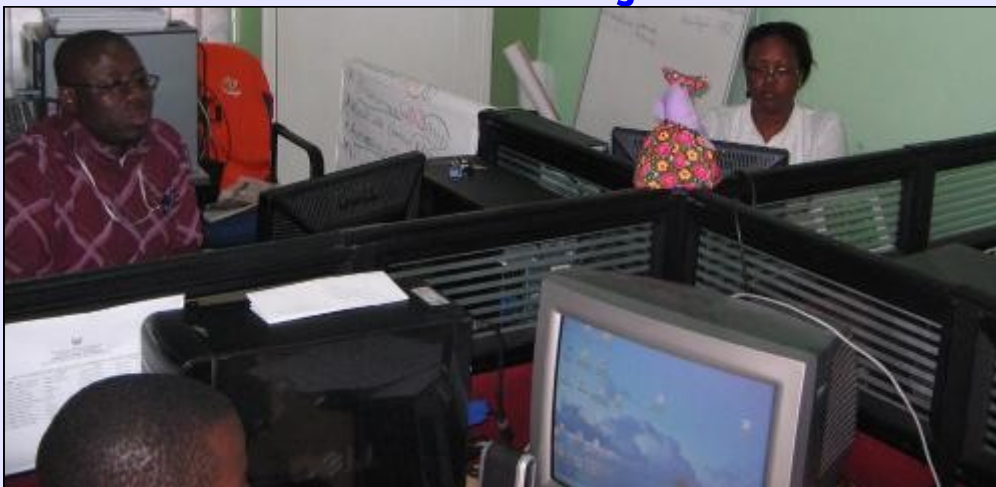
Octávia Tivane é coordenadora da LFC e assumiu este papel há um ano com a responsabilidade fundamental de estabelecer esta linha, um trabalho que de longe passa da simples disposição de uma linha telefónica.

Teve outras exigências como a criação de parcerias estratégicas a nível nacional e internacional e formação de conselheiros.

A autorização agora dada pelo INCM para



o uso do número 116 para reportar abusos/tráfico constitui, de acordo com



A equipa de trabalho da Linha Fala Criança em pleno exercício

início de uma nova fase cheia de desafios, pois, para além de operacionalizar a própria linha, é preciso fazer com que esta seja de domínio público e que se faça o devido aproveitamento.

Para já, segundo diz, a linha está a operar em Maputo. O país é grande e há uma necessidade de fazer com que este serviço esteja disponível no resto das províncias. “Os recursos neste momento estão concentrados em Maputo, mas o nosso papel não pode se circunscrever à esta região geográfica do país. Esta é uma linha para crianças e adultos que tenham dúvidas relacionadas com o abuso e tráfico de crianças. Nós damos o aconselhamento necessário e fazemos o devido encaminhamento. O país todo precisa disso”.

O lançamento oficial do 116 ocorreu em finais de 2009, mas isso não significa por si que o trabalho está acabado, pois, há ainda grande necessidade de se fazer a plena divulgação através da Imprensa, de campanhas de sensibilização porta-a-porta e distribuição de materias de Informação Educação e Comunicação (IEC) a vários níveis.

“Vamos fazer essa divulgação também através das próprias crianças. Elas têm um potencial para passarem a mensagem entre elas. Um dos grandes trabalhos que temos é ir ao campo”, afirma Octávia Tivane.

A LFC conta actualmente com 16 conselheiros formados para o atendimento, trabalhando numa fase inicial com apenas oito, articulando com instituições governamentais e não governamentais para o encaminhamento



dos casos.

PORQUE O 116?

O 116 é o número recomendado para a África pela Child Help Line International, organização da qual a LFC faz parte. “As pessoas que querem apoio são geralmente crianças vulneráveis e que estão numa situação de pânico e por isso tinha que ser um número curto”. O número deverá estar acessível grátis em todas as operadoras (móveis e fixa).

SADC vai ter plano regional para combater tráfico de pessoas



Vista parcial de Maputo, palco da primeira conferência dos ministros da SADC para combater o tráfico de pessoas

O Conselho de Ministros da SADC tem em manga a aprovação do Plano de Acção Estratégico Regional Decenal para o Combate ao Tráfico de Pessoas na região, adoptado pelos Ministros da SADC responsáveis pelo combate ao tráfico de pessoas durante a conferência regional sobre o assunto que teve lugar em Maio passado na cidade de Maputo.

A Conferência de Maputo deliberou sobre os desafios inerentes ao combate do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, na Região da SADC, tendo analisado e adoptado o Projecto de Plano de Acção Estratégico sobre o Combate ao Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, na Região da SADC.

O Plano de Acção Regional descreve claramente os métodos e as áreas de cooperação para o combate à todas as formas de tráfico de seres humanos a partir de uma perspectiva abrangente, tal como enunciado no Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, (Protocolo da ONU Contra o Tráfico de Seres Humanos), no Plano de Acção de Ouagadougou para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, em especial de Mulheres e Crianças, da União Africana, e no Protocolo da

SADC sobre Género e Desenvolvimento.

O Plano de Acção visa essencialmente abordar as seguintes áreas prioritárias, em harmonia com os instrumentos jurídicos atrás mencionados: legislação e medidas reguladoras, formação para a melhoria de aptidões e reforço de capacidades, prevenção e consciencialização pública, apoio às vítimas e protecção às testemunhas, coordenação e cooperação regional, pesquisa e partilha de informação, monitorização e avaliação sobre a implementação do Plano de Acção, mobilização de recursos para a implementação do Plano de Acção.

Os delegados à conferência notaram que se assiste na região da SADC a um aumento do fenómeno do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. Este representa uma nova, sofisticada e agressiva forma de escravatura. O tráfico de pessoas é uma actividade criminosa que requer uma legislação específica e abrangente para a sua prevenção e combate. Ademais, há necessidade de programas e de legislação para proteger e apoiar as vítimas dessa forma de tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos, assim como para proteger a cooperação entre todos os intervenientes, de modo a fazer face a este problema.

As populações da SADC estão mais susceptíveis a este tipo de tráfico como resultado das vulnerabilidades criadas pela guerra, da pobreza endémica, do acesso mínimo à saúde e à educação, da desigualdade género e do desemprego, que afectam essencialmente as crianças, em particular órfãos, e as mulheres que constituem a maioria dos pobres. Estiveram presentes na conferência os ministros da SADC responsáveis pelo Combate ao Tráfico de Pessoas, a União Africana, os parceiros de cooperação internacional, nomeadamente o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNDOC), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Comissão Europeia e organizações da sociedade civil.



O Plano estratégico regional vai ajudar a combater o tráfico de pessoas entre os países da SADC

Denuncie a exploração sexual de crianças e adolescentes

As crianças no centro da agenda de desenvolvimento do país*

A 10 de Dezembro de cada ano, é celebrado em todo o mundo o Dia Internacional dos Direitos Humanos, que marca o aniversário da adopção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas. Por esta ocasião, a Embaixada do Reino da Suécia em Moçambique, a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, o PNUD, o UNICEF, a Save the Children em Moçambique e a Rede da Criança, elaboraram um comunicado que abaixo transcrevemos:

A Declaração representa o reconhecimento universal de que os direitos básicos e as liberdades fundamentais são inerentes aos seres humanos, são inalienáveis e igualmente aplicáveis a todos, em qualquer parte do mundo e sem qualquer distinção. A Declaração estabelece que todos nós, tanto homens como mulheres, nascemos livres e iguais em dignidade e direitos.

Em 1989, os líderes mundiais concluíram que as crianças careciam de uma convenção especial, porque as crianças constituem uma grande parte da população em todos os países e um grupo especialmente vulnerável na sociedade. Os direitos das crianças foram por isso estipulados na Convenção Sobre os Direitos da Criança, a mais ratificada convenção sobre os direitos humanos de todos os tempos e que este ano faz vinte anos.

Desenvolvida a partir dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção indica os direitos humanos básicos que as crianças em qualquer parte do mundo têm – o direito a viver, a desenvolver toda a sua potencialidade, a serem protegidas contra influências prejudiciais, abuso e exploração, e a participar de forma ampla na vida familiar, cultural e social.

Moçambique ratificou a Convenção em 1994, e durante as duas últimas décadas, o país mostrou cometimento em relação à harmonização da legislação nacional com instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos, em particular a Convenção Sobre os Direitos da Criança.

A Constituição da República, adoptada em 2004, dá ênfase especial aos direitos da criança, criando uma nova estrutura jurídica e de políticas para a criança. Sob a constituição,

todas as acções relativas à criança, quer sejam empreendidas por órgãos públicos ou por instituições privadas, devem tomar em consideração o melhor interesse da criança.

Uma ampla reforma jurídica para actualizar a legislação nacional e alinhá-la com a Convenção e com outros tratados sobre direitos humanos já resultou em mudanças importantes: expansão do período de registo gratuito de nascimento – de 30 para 120 dias após o nascimento da criança – e a adopção de uma Lei da Família, que inclui novos padrões jurídicos para



responsabilidades dos pais, direitos de guarda, de adopção e de herança, e que aumenta a idade do casamento de 16 para 18 anos.

Mais recentemente, a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, adoptada em 2008, traduz os artigos da Convenção em legislação nacional de direitos da criança e estabelece as responsabilidades de todos os actores chave na realização desses direitos.

Actualmente, o principal desafio enfrentado pelo país é traduzir a nova legislação em programas concretos. Os progressos já são visíveis em inúmeras áreas. Em 2009, o Conselho de Ministros aprovou a criação de um Conselho Nacional da Criança – um organismo independente com a incumbência de coordenar a implementação dos direitos da criança. Além disso, tribunais especiais para crianças foram criados em seis províncias para tratar de questões de justiça relacionadas à criança.

Espera-se que estes passos venham a reforçar o quadro legal de protecção da criança, num contexto em que um número crescente de crianças vítimas de violência e abuso tem estado a ser reportado pelos serviços especializados no seu atendimento.

Todavia, a pobreza e disparidades talvez sejam os maiores desafios para a realização dos direitos da criança no país. Durante os últimos anos, o combate à pobreza vem sendo a prioridade da agenda governamental. No entanto, para obter sucesso, os escassos recursos orçamentários devem ser alocados de forma equitativa para os sectores que contribuem para o bem-estar e o desenvolvimento da criança – principalmente educação, cuidados de saúde, água, saneamento e protecção social. Dentro dos sectores, a alocação equitativa de recursos entre províncias e programas também é essencial para a redução das disparidades.

Para que seja possível reduzir a incidência da pobreza e garantir os direitos de todas as crianças, é fundamental ampliar os serviços básicos e os programas sociais que prestam atendimento à criança. Isso porque diferentemente dos adultos, a pobreza na infância não só tem efeitos imediatos, mas também alguns dos seus efeitos se fazem sentir ao longo da vida da criança até à fase adulta. Por exemplo, a desnutrição crónica ou os traumas psicológicos causados por privações sofridas na infância podem afectar a pessoa para o resto da sua vida. Todas as evidências mostram que é grande a probabilidade de as crianças pobres virem a ser adultos pobres e, por sua vez, a ter crianças pobres.

Serão necessários esforços conjuntos por parte do governo, doadores, sociedade civil, meios de comunicação, sector empresarial, famílias e comunidades para garantir que sejam empreendidas acções consistentes visando realizar os direitos estabelecidos na Convenção para todas as 11 milhões de crianças de Moçambique.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos é mais uma oportunidade para juntos reflectirmos sobre a importância de colocar a criança cada vez mais no centro da agenda de desenvolvimento do país.

**Torvald Åkesson, Embaixador do Reino da Suécia, Presidência da União Europeia
Graça Machel, Presidente, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
Sarmiento Simões Preço, Presidente do Conselho de Direcção da Rede da Criança
John Grabowski, Director Geral, Save the Children em Moçambique
Ndolamb Ngokwey, Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, em nome da família das Nações Unidas em Moçambique.*

Programação das OSC é baseada nos Direitos Humanos

- constata estudo da Eurosis sobre as organizações envolvidas no Programa conjunto dos Direitos da Criança

Organizações da Sociedade Civil que participam no Programa Conjunto sobre os Direitos da Criança apresentam uma capacidade média para a aplicação do princípio de Programação Baseada nos Direitos Humanos nas suas actividades. Igualmente, este grupo de organizações apresenta a mesma capacidade para fazer o lobby e advocacia a favor da criança em Moçambique. Estes dados são resultado de um exercício de colecta de dados conduzido pela EUROSIS perante as 23 organizações que fazem parte do programa conjunto.

A colecta de dados para esta pequena pesquisa compreendia quatro indicadores principais. O primeiro tinha a ver com o crescimento da capacidade organizacional dos parceiros, o segundo se preocupava com o número de parceiros envolvidos em processos de



Pormenor de uma formação sobre os Direitos da Criança no âmbito do programa comum

Marta Pais é representante especial sobre a violência contra a Criança nas NU



O Secretário-Geral das Nações Unidas apontou recentemente a portuguesa Marta Santos Pais como sua representante especial sobre a Violência contra a Criança a nível de assistente de

Secretário-Geral.

A indicação segue a recomendação incluída no Estudo do Secretário-Geral sobre a Violência contra Crianças. A Assembleia-Geral, na sua 62ª sessão, adoptou a resolução 62/141, que solicita ao Secretário-Geral a nomeação, por um período de três anos, de um representante especial do Secretário-Geral sobre a Violência contra crianças.

A representante terá o seu escritório baseado em Nova Iorque e terá um suporte administrativo do UNICEF e dependerá completamente de fundos voluntariamente alocados. Marta Santos carrega uma tremenda paixão, um firme cometimento pelos direitos da criança, mais de 25 anos de experiência em direitos humanos e

engajamento em processos inter-governamentais.

Santos era, até à data da sua indicação, directora do Centro de Pesquisa Innocenti (do UNICEF), posição que adquiriu em 2001. Antes trabalhou como directora de avaliação, Políticas e Planeamento e serviu como co-presidente do Grupo de Trabalho sobre os Direitos Humanos do PNUD.

Marta Santos interagiu recentemente com a delegação de Moçambique que participou na pre-sessão do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em Genebra, tendo manifestado sua preocupação com a melhoria da situação em Moçambique. Pais passou uma parte da sua infância em Moçambique. Em Novembro passado durante a realização do Terceiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Marta Pais fez suas palavras da menina Ana Berta, criança enviada pela Rede da Criança para representar as crianças moçambicanas. Ana Berta disse durante o congresso que é altura de passar do discurso à acção.

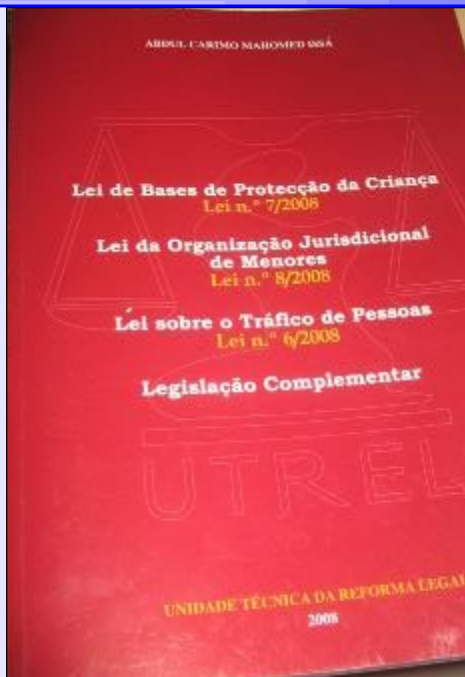
Monitoria e Avaliação, o terceiro tinha a ver com a aplicação de uma abordagem baseada nos Direitos Humanos e o último com a qualidade das actividades de advocacia e lobby.

Os pesquisadores descobriram que, a nível de todas as organizações, houve evolução em pelo menos uma das quatro áreas dos indicadores.

Todavia, segundo constatou o estudo, as organizações que registaram maior crescimento entre 2007 e 2008 não são necessariamente as mais fortes em termos de capacidade geral. “Em muitos casos, OSC como o CNJ, GTI, Sociedade Aberta, como baixos valores em todos os indicadores, demonstram mudanças significativas de 2007 para 2008”, observa.

O Programa conjunto da Sociedade Civil e Direitos da Criança tem como objectivo fortalecer a sociedade civil na realização e protecção dos direitos da criança através da capacitação dos parceiros e outros actores na implementação de programas e políticas que se sustentam numa abordagem dos direitos humanos e da criança. A iniciativa abrange três grandes áreas: capacidade institucional, Advocacia e Quadro Legal e Mobilização Social.

Disponível colectânea sobre leis de defesa da criança



Está disponível uma colectânea de legislação sobre a criança em Moçambique, uma compilação dos instrumentos legais concernentes à protecção da criança, com especial foco nas Lei de Bases de Protecção da

Criança e na Lei Jurisdicional de Menores, aprovadas em Abril de 2008 e promulgadas em Junho do mesmo ano pelo Presidente da República.

A colectânea, uma publicação da Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL), assinada pelo respectivo director, Abdul Carimo, é “um documento importante de consulta” “Pensamos nos profissionais de diversas áreas envolvidas no acompanhamento da vida da criança—no domínio da segurança social, do apoio à infância, da educação ou da saúde, os magistrados, produtores, advogados, policias ou jornalistas quem, nas suas diferentes actividades, desempenham um papel decisivo importância na sensibilização para os direitos previstos nas leis e na aplicação dos seus princípios”, lê-se no prefácio da colectânea.

O mesmo prefácio refere que a colectânea foi elaborada a pensar na acção das Organizações Não Governamentais e entidades privadas que se preocupam com os problemas da criança, mas também no público em geral que “deve conhecer essas leis e assumir um papel activo na protecção da criança no seio da família e na comunidade”

O prefácio, assinado pelo director da UTREL e pela representante em Moçambique do Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Leila Gharagozlo-Pakkala, faz ainda referência à necessidade de se criarem mecanismos sustentáveis para a efectivação dos direitos das crianças através da regulamentação da Lei de Bases de Protecção da Criança e da Lei do Tráfico de Pessoas.

Fundação Main enriquece Centro de Recursos da Rede da Criança



Espaço do Centro de Recursos da Rede da Criança, agora enriquecido com novas obras

A Fundação Main (antigo Ndlelene) acaba de enriquecer o Centro de Recursos da Rede da Criança com uma bibliografia diversificada para crianças, jovens e adultos.

São no total 14 obras de escritores nacionais, africanos e estrangeiros, para além de alguma matéria ligada à legislação nacional, designadamente a Constituição da República de Moçambique e a nova Lei de Trabalho.

“O Mundo da Criança”, de autoria de Diane Papalia, Sally Olds e Ruth Feldman, é uma das publicações que constam desta

oferta da Fundação Main. É uma detalhada obra que nos apresenta uma visão multifacetada do desenvolvimento dos bebés, das crianças e dos adolescentes nos seus vários contextos da vida: família, creche, jardim infantil e na escola, no grupo de pares e na comunidade mais vasta de natureza sócio-cultural e histórica. Outro título sugestivo é da obra “Adolescência e Crise Familiar”, de Carlo Gammer e Maria-Christine Cabié. Esta obra mostra a adolescência é uma fase difícil da vida, sobretudo para os pais. O livro faz uma visão sistémica dos problemas da adolescência, permitindo que os pais ou mesmo organizações que lidam com adolescentes saibam lidar com as diversas situações que surgem na sua relação.

“Tornar-se Família – O Crescimento da Vinculação antes e depois do Nascimento”, é uma outra grande sugestão para os pais. Resulta de 40 anos de investigação e prática na área pediátrica autor, mostrando-se um óptimo livro para quem quer aprender mais na sua relação com os filhos. Outros títulos são:

“Os Filhos de África em Portugal”, de Neusa Maria Mendes de Gusmão

“Pensando Igual”, com uma co-autoria de Moacyr Scliar, Mia Couto e Alberto da Costa e Silva

“Diverte-te... e Aprende um Pouco”, de Ângelo Cruz HIV em Moçambique, Dois Estudos de Casos, de Abel Samuel Moiambo e Francisco B. Bilério

O Ensino dos Desportos Colectivos, de Claude Bayer África: O Berço da Humanidade e a Fonte da Eternidade, de Afonso Vaz Vassoa

África Moçambique: Sem Coerência Não Há Boa Governação As Drogas, de Denis Richard

Mozambican Economic Development: The Need for Strengthened Accounting Infrastructure, de Ângelo Macuácuca.

Celebrada semana mundial do aleitamento materno

Celebrou-se, de 1 a 7 de Agosto, a Semana Mundial do Aleitamento Materno. Autoridades nacionais, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil juntaram-se para, uma vez mais, para o reforço das acções de sensibilização sobre os benefícios que o leite materno traz para a criança, para a mãe e para a sociedade, em apoio à Campanha Nacional de Promoção do Aleitamento Materno, lançado pelo Ministério da Saúde.

“A Campanha Nacional do Aleitamento Materno é uma intervenção bastante abrangente e pertinente. Congratulamos o Ministério da Saúde por esta iniciativa e incentivamos a participação e apoio de todos os parceiros, por forma a assegurar uma efectiva e duradoura promoção do aleitamento materno no país”, disse a Representante do UNICEF, Leila Pakkala, reiterando o apoio técnico e financeiro do UNICEF para a implementação desta campanha.

Em Moçambique, estima-se que apenas 65 por cento dos recém-nascidos são amamentados na primeira hora após o parto e apenas 30 por cento das crianças abaixo dos seis meses de idade recebem aleitamento materno exclusivo. Muitas mães no país dão aos seus filhos



recém nascidos medicamentos tradicionais, água e “papas”.

Em resposta, e como parte da campanha nacional que iniciou no dia 1 de Agosto corrente e irá decorrer durante um ano, estão previstas acções que incluem a capacitação de profissionais de saúde, de activistas e de órgãos de comunicação social sobre a alimentação infantil, e várias intervenções de sensibilização pública sobre a importância e as boas práticas do aleitamento materno.

Espera-se que esta campanha nacional não só informe as mães sobre a importância de amamentar o seu bebé mas, também, mobilize os membros da família e da comunidade, incluindo empresários e empregadores para que esse direito seja efectivamente garantido à mulher moçambicana. A legislação nacional

deve criar condições para que todas as mulheres tenham a possibilidade de oferecer aleitamento materno exclusivo durante os primeiros 6 meses de vida da criança.

Estudos mostram que o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses, seguido da introdução, a partir dos seis meses, de uma alimentação complementar adequada e com a continuação do aleitamento materno até aos 24 meses ou mais de idade, é a mais eficaz intervenção de saúde preventiva.

“O aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida reduz o número de mortes causadas por infecções respiratórias agudas e diarreias, e por outras doenças infecciosas tais como a pneumonia e as infecções gástricas e intestinais, e a desnutrição. Contribui também para a prevenção do cancro da mama na mãe, para o desenvolvimento neurológico da criança e cria uma maior ligação e afecto entre a mãe e a criança”, disse a Representante do UNICEF, Leila Pakkala.

Estima-se que o aleitamento materno não exclusivo nos primeiros seis meses de vida resulta em mais de um milhão de mortes de crianças por ano no mundo. Embora se verifique algum progresso nos últimos 15 anos, somente 38 por cento dos bebés menores de 6 meses de vida são amamentados a nível global.

A agenda global da saúde está a falhar salvar vidas de milhares de crianças por não responder apropriadamente às causas de mortes de crianças, de acordo com um novo relatório da WaterAid, uma organização internacional que opera na área de água e saneamento.

Com imagens chocantes publicadas, o relatório revela que a ajuda internacional não está a responder racionalmente à maldição das doenças. Apesar da diarreia ser a segunda maior causa da morte de crianças, as intervenções críticas para prevenir este tipo de mortes continuam a atrair pouca atenção internacional.

Em 2004, as diarreias mataram 1.8 milhão de crianças e entre 2004 e 2006 apenas 1.5 bilião de dólares foi quanto se gastou

Agenda global está a falhar salvar vidas



globalmente na melhoria dos sistemas de saneamento, uma área vital na luta para a protecção das crianças contra a diarreia. No mesmo período, foram gastos 10.8 biliões em intervenções contra o HIV/SIDA (responsável pela morte de 315 mil crianças) e outros 3.5 milhões foram gastos com a malária (responsável por 840 mil mortes em crianças).

O relatório sublinha a necessidade do sistema de apoio internacional continuar a dar foco a doenças como a malária e o HIV/SIDA, mas chama atenção à necessidade de um esforço comparado para resolver os problemas de diarreias. O relatório enfatiza ainda que, ao negligenciar o saneamento, a efectividade dos actuais sistemas de saúde está a ser reduzida.

SC submete primeiro relatório sobre os Direitos da Criança em Moçambique

Em Junho de 2009, e pela primeira vez, a Sociedade Civil (SC) moçambicana esteve reunida em Genebra, Suíça, com o Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança para analisar a situação em Moçambique à luz do relatório sobre a Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em Moçambique, submetido pela SC em Março passado. Foi um momento ímpar de advocacia a favor dos direitos da criança no país e da qual ficaram marcas indeléveis sobre como este tipo concertações com as Nações Unidas funciona e pode ajudar de forma efectiva a melhorar a qualidade de vida de crianças.

Carmen Ramos, coordenadora de advocacia e comunicações na Save the Children, juntamente com a coordenadora da Rede da Criança, Amélia Fernanda, representaram a SC moçambicana em Genebra. Convidamos Carmen Ramos para nos falar deste primeiro “confronto” com a comissão especializada das



Pose para a posteridade com os membros do Comité das NU sobre os Direitos da Criança

Nações Unidas e ela não tem dúvidas ao afirmar que foi, sem dúvida, a primeira vez que a SC moçambicana esteve envolvido num processo de elaboração de relatório sobre os direitos da criança para depois fazer uma reportagem directa perante o Comité especializado das Nações Unidas.

Na verdade, este processo foi iniciado em 2004, quando arrancou a recolha de informação sobre os direitos da criança em Moçambique envolvendo crianças de todo o país, mas só ganhou ímpeto que conduziu à produção do relatório com a submissão, por parte do Governo, do segundo relatório periódico oficial.

É, para já, uma experiência ímpar para todos os moçambicanos e, à partida, segundo observa a nossa interlocutora, é já positivo o facto da SC não estar em colisão com o Governo e com a agência especializada das Nações Unidas – UNICEF – sobre as principais

preocupações na área da criança.

“Isso confere uma maior credibilidade ao trabalho que realizamos e é preciso expandir esta experiência para o resto do mundo”, afiança.

A SC deu um passo significativo na sua afirmação como elemento para a mudanças construtivas e Carmen Ramos é da opinião de que coloca-se agora como um grande desafio garantir um bom relacionamento com o Governo a todos os níveis de modo que, daqui a quatro anos, quando se elaborar o segundo relatório periódico, este reporte um cenário bem melhor da situação dos direitos da criança em Moçambique.

Para isso, segundo observa ainda, é importante que a SC melhore a sua capacidade de monitoria e de coordenação, mas, acima de tudo, é preciso garantir o funcionamento das leis e lutar por uma cada vez maior alocação de recursos para a criança, quer através de ONG's, quer



através do Orçamento Geral do Estado e assegurar a correcta aplicação dos mesmos.

De cá para lá, há ainda a grande necessidade de se criar um espaço que garanta uma participação efectiva da criança na análise, monitoria e busca de soluções para os seus problemas e envolvendo-a na revisão dos instrumentos de desenvolvimento do país como o PARPA, PNAC, PACOV entre outros.

Uma das coisas que as nossas representantes em Genebra puderam apurar é que, nalguns países, os governos interagem com a Sociedade Civil na análise do relatório oficial antes que este seja enviado às Nações Unidas, permitindo uma sincronização entre as duas partes. “Há diferenças entre os nossos países, mas acreditamos que este tipo de procedimento é sempre bom, pois, ganha-se tempo e a análise dos problemas é mais a fundo”.

COMO FUNCIONA O PROCESSO DE REPORTAGEM ÀS NAÇÕES UNIDAS

O Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é um órgão especializado e que se subordina ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos, com sede em Genebra. Este comité é composto por 10 dez peritos de grande integridade moral e de reconhecida competência nas áreas abrangidas pela CDC.

De acordo com o artigo 44 da CDC, “os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Comité, por intermédio do Secretário Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adoptado com vista a efectivar os direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no que concerne ao gozo desses direitos”.

O relatório inicial é apresentado dois anos após a entrada em vigo da convenção em cada país e depois de cinco em cinco anos.

Moçambique submeteu o seu relatório inicial em 1999 e primeiro relatório periódico em 2008.

O artigo 45 da CDC dá a possibilidade às organizações da SC de interagirem neste processo, dando o seu parecer técnico sobre a aplicação da convenção. É neste

contexto que a Rede da Criança liderou o processo que culminou com a elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre a Implementação da Convenção dos Direitos da Criança em Moçambique.

É este relatório que foi apresentado e discutido com o Comité especializado das NU num grupo de trabalho chamado de pré-sessão.

O objectivo deste Grupo de Trabalho é identificar os principais assuntos a serem discutidos com o Governo de Moçambique em Setembro de 2009. A participação de ONG's no Grupo de Trabalho permite aos membros do Comité colocar questões sobre o seguimento dado às recomendações finais e a obter novas experiências sobre os desafios que o Governo enfrenta desde o último relatório.

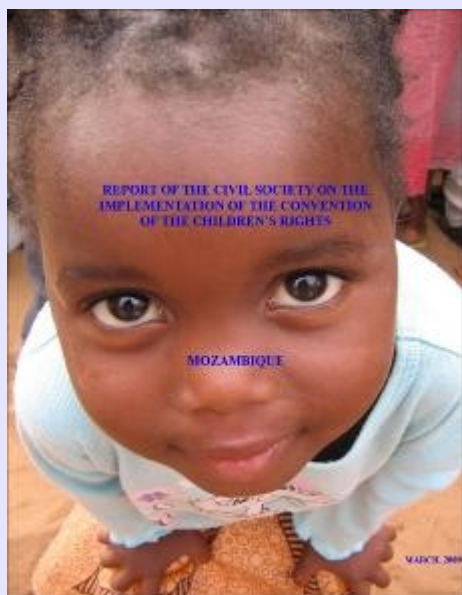
Governo fez a prestação de contas

Os representantes do Estado moçambicano encontram-se com o Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança para discutir o relatório do Governo sobre a Implementação da Convenção dos Direitos da criança. O encontro foi em Setembro em Genebra.

Este encontro ajudou a definir o curso prático de acções para o melhoramento da situação da criança em Moçambique.

Embora as ONG's não têm a oportunidade de falar nesta sessão, elas são convidadas a participar como observadores activos nas deliberações e a Rede da Criança desempenhou esse papel.

Para ver a lista de assuntos elaborada pelo Comité das Nações Unidas e as recomendações deixadas, por favor, visite a nossa página na Internet no sítio www.rededacrianca.org.mz e clique sobre [lista de assuntos para o Comité das NU](#)



Quer consultar a legislação disponível a favor da criança em Moçambique?

Visite o nosso Centro de Recursos: Rua das Flores, 52, Maputo

(consulte o mapa de localização na contra-capa desta revista)

ATIGAME ressentente-se da falta de apoios

“A maior fraqueza do homem é poder tão pouco por aqueles que ama” - Blaise Pascal . (19 de Junho de 1623, 19 de Agosto de 1662). Filósofo, físico, matemático e escritor francês.

Muitos séculos passaram desde que Blaise Pascal deu a conhecer este célebre pensamento. É impressionante como ainda hoje o mesmo consegue ter o devido enquadramento. Vem isto a propósito da Associação Atingana ni Wutomi (ATIGAME), uma organização membro da Rede da Criança que, por falta de apoios, teve que “abandonar” cerca de 120 crianças necessitadas na localidade de Macuácuá, no distrito de Manjacaze, na província de Gaza.

Na maior parte dos casos, são crianças órfãs e vulneráveis, uns vivendo à conta própria e outros com pais altamente debilitados por causa do HIV/SIDA. Nos últimos anos, a ATIGAME vinha prestando apoio à essas crianças e suas famílias através de alimentos, material escolar, aconselhamento e acompanhamento familiar.

Segundo o coordenador da associação, Fernando Vembane, com apoios que a ATIGAME recebia do PMA e do Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), era possível dar a devida assistência as crianças e suas famílias, proporcionando a estes alguma possibilidade de olhar para o futuro com alguma esperança.

“Há uma notável preocupação do CNCS de continuar a dar apoio, mas existem muitas solicitações de outras organizações que precisam ser respondidas e, assim sendo, temos que esperar”, afirma Vembane, que acrescenta que, apesar de tudo, continua com uma grande vontade de servir, elogiando encorajamentos que tem recebido através de parcerias com organizações como a FDC, o Fórum das ONG's da província de Gaza (FONGA) e com a Rede da Criança.

EXCELENTE INTERACÇÃO NA QUINZENA DA CRIANÇA

Entretanto, nem a falta de apoios impediu a ATIGAME de interagir com os seus

beneficiários. Durante a quinzena, a ATIGAME organizou uma campanha de sensibilização sobre os direitos da criança, tendo trabalhado em três escolas locais, nomeadamente nas Escolas Primárias Completas de Incanhine e Mangonde e na Escola Secundária de Macuácuá-sede, onde participaram mais de 1230 pessoas.

A abordagem incidiu sobre o abuso e tráfico de crianças e constatou-se que há pouco conhecimento sobre a matéria a nível local, o que se traduz, sobretudo, em sistemáticos abusos contra menores.

“Há pais que batem nos filhos a ponto de deixarem preocupados os vizinhos. Isso acontece sobretudo com crianças que vivem com padrastos e madrastas”,

asseverou Vembane, sublinhando que há igualmente muitos casos de crianças que fazem trabalho pesado, como o corte e transporte de lenha e água.

Trata-se, segundo o nosso informador, de questões que foram levantadas no encontro mas que, na realidade são vividas no dia a dia daquele distrito de Gaza. “Já chegamos a tirar bidões das cabaças de crianças. É algo preocupante e tentamos em outras ocasiões sensibilizar sobre isso”, comentou Vembane.

Em Macuácuá há crianças empregues no sector agrícola para afugentar pássaros. Essas crianças são obrigadas a levantar muito cedo e devem estar novamente nas machambas no fim do dia para o mesmo trabalho. “As auroras

Sete crianças reintegradas em famílias pela Igreja Anglicana



Sete ex-meninos de rua estão a beneficiar deste o início do ano de assistência domiciliária depois de terem passado por um processo de ressocialização familiar no quadro da assistência à este grupo de crianças por parte do Centro de Reabilitação da Igreja Anglicana de S. Estêvão e S. Lourenço na cidade de Maputo.

De acordo com fonte daquele centro, estão a ser desenvolvidos esforços para que mais crianças actualmente sob os cuidados daquela organização religiosa sejam restituídas às respectivas famílias ou então famílias substitutas.

É nesse contexto que 50 crianças estão a ser preparadas, mas o desafio é

enorme, pois, a resistência em voltar ao ambiente familiar não só é encontrada por parte das crianças, mas também no seio de algumas famílias.

Estas 50 crianças estão presentemente a ser assistidas no centro onde durante o processo da sua preparação rumo à casa, são informadas e sensibilizadas sobre os direitos da criança, incentivadas a mudança de atitudes sobre infecções

sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/SIDA.

Desenvolvem ainda actividades como a costura, carpintaria, pintura e teatro. Entretanto, a Igreja Anglicana acolheu, um seminário sobre a Reintegração da Criança na Comunidade, numa iniciativa que resultou numa parceria entre a Diocese dos Libombos, a Rede da Criança e a a Save the Children.

Este seminário juntou várias organizações que fazem o trabalho de reintegração na cidade de Maputo e tinha como objectivo fornecer ferramentas que contribuam para a melhoria dos processos de reintegração social da criança órfã na comunidade e na sociedade no geral.

O Ministério Arco-Íris (MAI) vai, a partir de 2010, introduzir a 8ª à 10ª classes na Escola Comunitária Comunhão na Colheita, uma instituição de ensino pertencente àquela organização humanitária e que acolhe crianças beneficiárias dos seus projectos sociais. Esta situação vai sobremaneira reduzir os custos, uma vez que uma parte das crianças que frequentam aqueles níveis de ensino estão distribuídas entre escolas privadas e públicas.

Este projecto é apenas parte de um ambicioso plano do Ministério Arco-Íris de ampliar a unidade escolar para leccionar até 12ª classe em 2012, assistindo crianças do centro e da comunidade.

A acompanhar esta evolução, aquela organização introduziu cursos de informática e instalou uma biblioteca. A sala de informática conta com 15 computadores e está acessível à todos os alunos da escola. A biblioteca é do tipo moderno, com equipamento audio-visual. Esta organização membro da Rede da Criança assiste directamente a 317 crianças no centro localizado no bairro de Zimpeto, maioritariamente rapazes, sendo que 246 são rapazes e o restante número de 71 são raparigas.

O MAI considera que o nível de atendimento melhorou bastante com a

redução do número de beneficiários, se se tomar em conta que o centro já chegou a acolher mais de 800 crianças. Esta redução é resultado do sucesso dos programas de reintegração.

“Cada dormitório tem educadores suficientes para o número de crianças lá existentes. Para além do educador, temos também alguém que auxilia na assistência das crianças nos dormitórios.

Os jovens reintegrados pelo MAI beneficiam de um programa de acompanhamento. Por exemplo, segundo refere a organização, os jovens reintegrados em 2007 no distrito de Marracuene, província de Maputo, vão muito em breve contar com uma carpintaria semi-industrial avaliada em cerca de 40 mil dólares norte-americanos.

Num projecto que conta com a colaboração da embaixada norte-

MAI aposta na expansão do sistema interno de educação



Uma partida de futebol no MAI, organização que aposta no desenvolvimento educacional

americana em Maputo, serão empregues três carpinteiros profissionais que irão no dia a dia preparar os novos jovens para o amanhã. Não fossem constrangimentos ligados a cortes orçamentais derivados da crise financeira mundial, esta carpintaria estaria já operacional.

Antes de passarem para a reintegração, as crianças no MAI beneficiam de cursos vocacionais nas áreas de electricidade, carpintaria, serralharia, artesanato, culinária corte e costura.

ACABE na dianteira sobre direitos da criança e justiça

A Associação Amigos da Criança Boa Esperança (ACABE), membro da Rede da Criança sediado na província de Niassa, tornou-se numa referência obrigatória ao se falar de direitos da criança e acesso à justiça naquela região do país. Com efeito, a organização esteve envolvida durante quase todo o ano de 2009 na implementação de dois importantes projectos: “Promoção dos Direitos da Criança”, no âmbito do Programa Conjunto da Sociedade Civil e Direitos da Criança, e “Um olhar aos Direitos da Criança”.

O primento produziu resultados de longe satisfatórios. Foi formado um Comité de participação da criança, capacitadas 90 instituições e organizações em Direitos da Criança, numa acção que envolveu também a capacitação das próprias crianças.

De acordo com o coordenador da ACABE, Vítor Maulana, este projecto tinha como objectivo capacitar e sensibilizar as organizações e comunidades sobre os direitos da criança, facto que foi conseguido com bastante êxito nos distritos de Muembe, Sanga, Ngauma, Mandimba, Cuamba, Lichinga e na cidade de Lichinga.

No total, segundo Maulana, foram capacitadas perto de



2500 pessoas entre crianças e adultos representando instituições do Governo e organizações da Sociedade Civil.

Basicamente, os beneficiários foram interiorizados em matérias de lobby e advocacia a favor da criança, técnicas de participação, leis de protecção de crianças. Foi igualmente abordada a problemática dos ritos de iniciação, na perspectiva de que algumas práticas são atentórias aos direitos da criança.

Aliás, este é um exercício que se repetiu em outras províncias como Nampula,

Zambézia e Gaza, onde organizações membros da Rede da Criança estiveram igualmente envolvidas no projecto “Promoção dos Direitos da Criança”, no âmbito do Programa Conjunto da Sociedade Civil e Direitos da Criança. Nestas províncias, as acções foram desenvolvidas pela Solidariedade Zambézia, Liga dos Direitos da Criança da Zambézia e ATIGAME, respectivamente.

Enquanto isso, com o apoio do Ministério da Justiça, através do Fundo do Acesso à Justiça, a ACABE levou a cabo uma campanha de sensibilização sobre o acesso à justiça e direitos fundamentais da criança.

Este projecto foi desenvolvido nos distritos de Mandimba e Muembe e tinha como objectivo capacitar os agentes da mudança e sensibilizar as comunidades sobre o direito de acesso à justiça por parte dos menores. Para este trabalho, a cultura, através do teatro e números de canto e dança, foi a principal ferramenta de trabalho.

Estas realizações conferiram à ACABE um ano cheio de realizações e que, parafraseando Vítor Maulana, constituíram uma ponte para o desenvolvimento de capacidades da organização.

Crianças e adultos assistidos no âmbito do projecto Kulima Ntwanano em Maputo beneficiam de apoio em cobertores como estratégia de protegê-los do frio durante o inverno.

Este tipo de apoio, que se tornou já rotineiro há cerca de quatro anos, conta com a colaboração de uma organização japonesa.

A distribuição de cobertores é exclusiva à pessoas vivendo positivamente, com ou sem nenhum vínculo com a Kulima Ntwanano. Estão a ser envolvidas nesta operação organizações parceiras da



Kulima que lidam com seropositivos, como são os casos da CESVITEM, MSF Bélgica, Chudzuki.

660 cobertores era a previsão de distribuição de cobertores no primeiro semestre de 2009, abrangendo o grupo alvo nos bairros da Polana Caniço, Maxaquene, Magoanine, Catembe, Kongolote, Matola J.

A coordenadora da Kulima Ntwanano, Anathalie Musabemariya, disse que

Kulima oferece cobertores para desfavorecidos em Maputo

nos anos anteriores, este tipo de ajuda era apenas direccionado aos beneficiários do projecto, especialmente crianças, mas porque se percebeu que havia capacidade para estender o apoio, este foi estendido à pessoas portadoras do HIV/SIDA. “Não restringimos o apoio. Para além daquelas pessoas que recebem os cobertores por via dos nossos parceiros, oferecemos esta ajuda à todo o seropositivo que consiga provar o seu estado, incluindo nossos próprios familiares doentes como trabalhadores sociais”, frisou.

Neste momento, segundo disse ainda a coordenadora do Ntwanano, a organização está a receber vários pedidos de redes mosquiteiras por parte dos beneficiários. “Consideramos o pedido justo porque há realmente muito mosquito e, como se sabe, uma pessoa já infectada com o vírus do HIV/SIDA é vulnerável à doenças. Fizemos já alguns contactos com a Malaria Consortium no sentido de viabilizar a aquisição de redes mosquiteiras”, disse.

Entretanto, em 2009, a Kulima Ntwanano iniciou um projecto em parceria com o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) que visa a



geração de rendimentos para crianças carenciadas e pessoas vivendo positivamente.

Esta para já prevista a abertura de uma oficina de carpintaria no bairro da Polana-Caniço.

No âmbito deste mesmo projecto, estão a ser confeccionados uniformes para cerca de 260 crianças necessitadas.

No Centro de Boa Esperança

Recepção irregular de fundos compromete sucesso de programas

A recepção irregular de fundos está a comprometer a efectividade dos programas implementado pelo Centro de Boa Esperança da Cruz Vermelha de Moçambique que ao longo do ano passado viu grande parte do seu plano inviabilizado.

Um dos grandes constrangimentos que esta irregularidade traz é o impedimento para a recepção de novos beneficiários uma vez que os que deveriam deixar o centro não o podem fazer em tempo útil uma vez que não se encontram ainda preparados para o efeito.

Uma das grandes apostas do Centro de Boa Esperança é enquadrar os beneficiários mais crescidos em actividades de auto-emprego. Com a situação verificada de poucos fundos

disponibilizados, isso não aconteceu como o previsto.

Para a área de alfaitaria, por exemplo, a meta foi cumprida em cerca de 12 por cento, o mesmo que na carpintaria. A área de tapeçaria cumpriu em apenas 9,5 por cento e o artesanato em cerca de 10,5 por cento.

Contudo, segundo assegura fonte local, existe uma grande vontade de vencer e por isso o trabalho não pára. Há perspectivas de dar continuidade às actividades já iniciadas, incentivar as crianças a melhor se preparem para os desafios de agora e do futuro e continuar a apostar na preparação dos adolescentes para o auto-emprego. O objectivo geral do Centro de Boa Esperança da CVM é aliviar o sofrimento e minimizar os efeitos dos problemas

sociais e de saúde nas crianças mais vulneráveis, reforçando a capacidade das mesmas na busca de soluções para os seus problemas, com maior enfoque às crianças chefes de família.

“Estabelecer, até 2013, sistemas nacionais de denúncia e de seguimento de incidências de casos de exploração sexual de crianças (...) Isso irá conduzir à canais directos de denúncia para todas as crianças” -

eis uma das 10 principais recomendações do III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes—Rio de Janeiro

Estou protegido, estás protegido



Esta é a essência de um manual que a Save the Children disponibiliza para lidar com questões de protecção da criança no que diz respeito à violência. O livro foi lançado em Abril passado em Maputo, e visa educar as crianças sobre as principais formas de manifestação e procedimentos básicos perante situações que as colocam em risco de serem violentadas e/ou abusadas sexualmente.

O manual aborda as diferentes formas de violência contra a criança. Trata-se de um livro para crianças, mas que também pode ser lido por adultos, pais encarregados de educação e todos aqueles que possam ter interesse e que trabalhem com crianças. O livro original, **Safe You - Safe Me** foi adaptado para Moçambique e em língua Portuguesa, num projecto da Save the Children e EUROSIS gerido

pelo Kapicua, Livros e Multimédia, Lda., com histórias adaptadas pelo conceituado Machado da Graça. Foram produzidos um total de 5,000 exemplares. A versão moçambicana intitula-se **“Protege-te da Violência e do Abuso Sexual”**

O lançamento do manual ocorreu no bairro do Chamanculo, num acto colaborativo entre Save the Children em Moçambique e a Rede da Criança, tendo juntado dezenas de crianças provenientes de diversos bairros e

organizações de apoio à criança. Para uma melhor percepção do

assunto abordado, o livro define o que é a violência contra as crianças; fala da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das crianças; apresenta os resultados do estudo das Nações Unidas sobre a violência contra a criança. Tem jogos didácticos de

palavras para ajudar a compreender os conceitos e assimilar melhor a informação. O manual interage com as crianças ao dar espaço delas deixarem suas ideias e opiniões sobre a violência, e oferece dicas sobre o que as crianças podem fazer para estarem mais protegidas.

Espera-se que o manual seja distribuído em todo o país, contribuindo desta forma para aumentar o conhecimento das crianças sobre as diferentes formas de violência contra as crianças e dotar as crianças assim como os pais, professores, encarregados de educação, e todos os que tenham interesse nesta matéria, com mais um instrumento que informa as crianças acerca das diferentes formas de violência e abuso.



Juntos nos protegemos melhor

Parlamento do Malawi aprova casamento de menores

Activistas dos direitos condenaram veementemente a aprovação da emenda constitucional que permite as raparigas malawianas a contraírem casamento com 16 anos com o consentimento dos seus pais.

A proposta da Lei foi apresentada ao Parlamento pelo Ministro para os Assuntos Constitucionais e da Justiça, Peter Mutharika, e foi aprovada.

Contudo, alguns membros do partido dominante, DPP disseram ter sido pressionados a rapidamente aprovarem a emenda para que as raparigas possam casar-se aos 16 anos.

“No parlamento estamos livres de tomar decisões, mas fazemo-lo com consciência dos nossos partidos

políticos para evitar alguns embaraços”, disse a vice ministra para a Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Otlia Jere, num fórum de mulheres organizado pelo Centro dos Direitos Humanos e Reabilitação. Os activistas dos direitos humanos dizem que uma vez que aos 16 anos a rapariga ainda é criança nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Malawi, o casamento com esta idade viola os seus direitos.

É prática comum no Malawi e em muitos países africanos as raparigas serem submetidas a casamentos prematuros, o que é considerado abuso.

Consulte a nossa página na Internet:

www.rededacrianca.org.mz

SC da SADC une forças por uma orçamentação justa para a criança



A cidade de Maputo foi palco de um Diálogo Regional sobre Orçamentos para a Criança. Juntando representantes de vários países da SADC, o encontro identificou os desafios comuns e traçou caminhos para um padrão de intervenção a favor de uma alocação justa de recursos. Este diálogo resultou da parceria existente entre a Rede da Criança e o Instituto sul-africano para a Democracia (IDASA), através do projecto IMALI Ye Mwana, e contou com o apoio da ANSA-AFRICA.

A sessão dos trabalhos, que durou dois dias, compreendeu apresentações e discussões sobre os problemas que enfermam o pleno gozo dos direitos sócio-económicos das crianças no Bostwana e na Suazilândia e em Moçambique. Estas apresentações mostraram realidades com algumas diferenças e similaridades nos três países. Aos participantes, foram ainda dadas ferramentas sobre como influenciar a Imprensa a favor de políticas económicas favoráveis à criança, assim como foi ainda aberta uma janela sobre como é que a SADC pode ser influenciada a agir como um bloco neste contexto.

A reflexão produziu um rol de recomendações que se espera constituam, doravante, um alicerce para tornar os Direitos Sócio-económicos das crianças uma prioridade. Foi consensual que, por exemplo, a nível regional, deve haver um engajamento sério da SADC na definição de políticas orçamentais públicas para os sectores mais vulneráveis;

Os participantes notaram também que a advocacia deve estar inserida na comunidade, visto as crianças serem parte dela.



“Não vamos implementar os direitos da criança sem dar espaço à ela para abordar os seus próprios problemas”, anotaram, numa clara necessidade de respeitar o direito à participação.

Por outro lado, foi sublinhada a necessidade de se trabalhar com os parlamentos e/ou parlamentares influentes que possam trazer à ribalta os assuntos relacionados com a criança;

Os Direitos da Criança são indivisíveis e inalienáveis. Portanto, não se deve olhar somente para educação ou saúde mas para os direitos no seu todo, recomendou ainda o diálogo.

No que diz respeito ao sector da educação, foi anotado que este não deve priorizar o seu orçamento para o ensino superior, visto que o ensino básico e o médio são os alicerces que garante que se alcance um ensino superior de qualidade.

Durante os dois dias de trabalho, observou-se que, dum modo geral, os orçamentos para a área de educação constituem a maior fatia do bolo. Contudo, segundo se concluiu, as estatísticas podem levar à uma interpretação errónea, uma vez que maior parte do orçamento vai para as despesas de salários dos funcionários e professores e, não para as crianças.

No entanto, um dos desafios apresentados pela coordenadora do projecto Imali Ye Mwana, Releboyile Senyane, durante a cerimónia de encerramento, é tornar esta rede regional de advocacia uma verdadeira plataforma de acção pelos direitos da criança na SADC através de uma melhor alocação de recursos na região.

Para tal, o Programa de Governação Económica do IDASA, apesar de limitações em termos de recursos, está disposto a apoiar organizações que estejam interessadas em desenvolver trabalhos no campo de análise e monitoria de orçamentos.

Este tipo de diálogos, por exemplo, deveria ocorrer de forma regular e com uma base anual (e assim será caso haja disponibilidade de fundos), por forma a consolidar estratégias de acção comum na região.

Por seu lado, o Presidente do Conselho de Direcção da Rede da Criança, Sarmento Simões, fez referência aos comentários finais dos participantes, sublinhando a necessidade de os mesmos deverem constituir uma referência para todos os actores sempre que quiserem abordar assuntos orçamentais que mexem com a vida das crianças.

Furos de água na Matola Gare geram mais tempo para raparigas



Com estes furos de água, as raparigas passam a dispor de mais tempo para estudar

Centenas de raparigas poderão dispor de mais tempo para se dedicarem aos estudos e a outros afazeres pessoais, uma vez que não vão mais precisar de ocupar parte significativa à procura de água mercê da abertura de cinco novos

furos daquele precioso líquido na zona da Matola Gare.

O feito é da Associação Visão Global para Vida (VGV), uma associação membro da Rede da Criança que vem trabalhando naquela região da província

de Maputo com o intuito de melhorar as condições de vida da população local, com particular destaque para a criança.

Os furos foram financiados pelo Governo do Japão através da sua embaixada em Maputo em mais de 59 mil dólares norte-americanos, estando distribuídos em cinco quarteirões de Matola-Gare. De acordo com a VGV, estes furos fazem toda a diferença para a comunidade local, uma vez que não dispunha de nenhuma fonte de fornecimento de água no local. Essa situação afectava de forma negativa as raparigas locais que, vezes sem conta, perdiam horas a procura do precioso líquido.

Os furos beneficiam directamente cerca de 6.500 pessoas distribuídas em 2378 famílias. Cada família contribui no final de cada mês com 10 meticais para a manutenção dos furos. Este valor será gerido localmente por uma comissão constituída para o efeito.

A visão Global para a Vida congrega actualmente 103 membros e tem como objetivo principal a promoção e estímulo de acções sociais e económicas integradas para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais com destaque para as mulheres, crianças e outros grupos economicamente activos em situação de extrema pobreza.

A Organização Moçambicana de Apoio à Criança—Renascer OMAC está a ajudar pelo menos 500 crianças e jovens a deixarem de depender da lixeira de Hulene para a sua sobrevivência, oferecendo aos mesmos educação e treinamento vocacional, para além de assistência em saúde e nutrição.

A OMAC, membro da Rede da Criança, providencia cursos de corte, costura e bordado, cestaria/artesanato, contudo, nem todos os beneficiários dos programas da organização beneficiam directamente destes cursos.

Por exemplo, ao longo do ano passado, de acordo com fonte da organização, beneficiaram, para área de corte/costura/bordado, 25 formandos, tendo concluído com sucesso 18 deles.

Uma parte significativa das crianças que frequentam a lixeira de Hulene é constituída por crianças que vivem nas proximidades e a OMAC tem estado a tentar manter um contacto regular com os pais dessas crianças de modo que tenham alguma participação no processo de mudança.

Contudo, segundo anota fonte da organização, a colaboração destes não tem sido satisfatória na medida em que estes não tem ajudado as crianças que beneficiam directamente do programa a cumprirem os horários estabelecidos no centro.

OMAC ajuda cerca de 500 crianças a não depender da lixeira de Hulene

Algumas crianças frequentam a lixeira por “simpatia” com outras crianças. Estas são envolvidas nos programas de recuperação da OMAC e os respectivos pais são chamados a colaborar até financeiramente, mas estes pouco tem feito para ajudar.



A ECPAT Internacional, uma rede internacional de combate ao tráfico de crianças da qual a Rede da Criança é membro, está a implementar uma Campanha Global contra o Tráfico de Crianças para Fins Sexuais. Com uma duração prevista de três anos, esta campanha foi lançada recentemente em parceria com a Body Shop, uma rede de mais de 2500 lojas de venda de produtos cosméticos representada em 60 países do mundo.

Os objectivos da campanha são definidos a longo prazo e incluem a inspiração de uma mudança e criação de um mundo que desenvolve acções concretas contra o tráfico de crianças. Isso será feito através de sensibilização nas lojas de Body Shop e pelas media e tornar a voz dos consumidores dos produtos da Body Shop ouvida pelos centros de tomada de decisão.

Um dos objectivos imediatos é gerar fundos para ECPAT para

ECPAT e Body Shop em campanha global contra o tráfico de crianças

apoiar crianças que estejam directamente afectadas por este problema globalmente.

Os objectivos específicos da campanha são definidos de acordo com as recomendações do Terceiro Congresso Mundial contra a Exploração de Crianças e Adolescentes para fins Sexuais, que teve lugar em Novembro de 2009 no Rio de Janeiro, Brasil, onde

a ECPAT foi um dos organizadores. A Body Shop foi convidada e participou em algumas sessões do congresso.

Para atingir os objectivos específicos da campanha, a Body Shop vai mobilizar seus clientes a tomar alguma acção que mexa com os governantes; vai desenvolver campanhas de sensibilização nas suas lojas e na imprensa e fará uma angariação de fundos para a campanha nas suas lojas. A mensagem chave para os clientes será de que eles têm uma voz activa para parar com o comércio e tráfico de crianças para fins sexuais.

Em todo o mundo, as organizações membros da ECPAT são chamadas a desenvolver uma acção em volta desta campanha, especialmente em países com lojas Body Shop.



Disponível relatório global sobre o tráfico de menores

A ECPAT Internacional e a Body Shop acabam de lançar um relatório global intitulado "Sua Protecção está em Nossas mãos – O Estado Global do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais". O relatório faz importantes revelações sobre a actual escala do tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais em todo o mundo.

O relatório providencia informação chave sobre: a actual recessão global e o seu impacto no tráfico de crianças e adolescentes vulneráveis; adultos que pagam pelo sexo alimentando o negócio de exploração sexual sobre crianças e adolescentes; o crescente número de crianças traficadas domesticamente.

O relatório mostra ainda como a exploração continua a proliferar, gerando lucros que rondam os 27.8 biliões de dólares anualmente. Tragicamente, quase metade deste lucro é conseguido através de crianças para países industrializados. O tráfico de humanos é o terceiro negócio internacional ilegal depois do negócio de armas e drogas.

Contrariamente às percepções, as evidências sugerem que os traficantes são muitas vezes do mesmo grupo étnico ou mesma nacionalidade da vítima – nalguns casos vizinhos ou membros da família.

Mais informação – incluindo uma folha de factos sobre o tráfico de crianças para fins sexuais em cerca de 45 países pode ser encontrada no seguinte endereço: http://www.ecpat.net/TBS/en/about_campaign.html

Direitos Humanos

Nações Unidas substituem comissão por um Conselho

As Nações Unidas (NU) elegeram este ano 18 países para trabalharem no seu Conselho dos Direitos Humanos baseado em Genebra. Estes países

começaram o seu trabalho em Abril passado e incluem, pela primeira vez, a Bélgica, Hungria, Karziquistão, Noruega e os Estados Unidos da América.

Os 47 membros do Conselho substituem a Comissão dos Direitos Humanos, que sofreu várias críticas durante anos sob a alegação de ser inefectiva e não falhar na prestação de contas em 2006.

Na mesma ocasião, foram reconduzidos o Bangladesh, Camarões, China, Djibuti, Jordânia, Maurícias, México, Nigéria, Rússia, Arábia Saudita, Senegal e Uruguai. Todos os membros eleitos iniciaram suas actividades a 19 de Junho passado.

O Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é um órgão subordinado ao Conselho das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos e foi com esta com que a delegação moçambicana que esteve recentemente em Genebra reuniu para falar da situação no nosso país.

Enquanto isso, O Conselho de Segurança das NU acaba de votar por unanimidade uma resolução para nomear e "envergonhar" países e grupos insurgentes em que levam as crianças a serem mortas, feridas ou violadas em conflitos armados.



Monumento à Sérgio de Mello e outros defensores da Paz e dos Direitos Humanos em Genebra

Esta resolução das NU vai expandir a lista que em Março passado identificou 60 governos e grupos armados que recrutam crianças para soldados.

A resolução reafirma a intenção de desenvolver uma acção (incluindo possíveis sanções) contra governos e grupos insurgentes que continuam a violar a lei internacional sobre os Direitos e protecção de crianças em conflitos armados.

"Este é um novo e significativo passo das NU para a protecção das crianças", disse o embaixador mexicano para as Nações Unidas, Claude Heller, que apoiou a medida. "Com esta resolução, o Conselho de Segurança está a dar um sinal político muito claro ... (de que) a segurança e o bem-estar das crianças deve ser respeitado sem excepções".

O futuro dos direitos da criança – nas mãos de quem?

...vá online e faça a sua parte

Eles detêm um considerável poder e influência e podem mudar a vida de centenas, se não de milhares de crianças. Aqueles que são nomeados para altas posições no mundo dos direitos da criança podem marcar uma diferença massiva. Mas quem são eles? Como são escolhidos? E, mais importante, serão elas as melhores pessoas para o trabalho?

A Rede de Informação sobre os Direitos da Criança (CRIN – sigla em inglês) lançou recentemente uma campanha sobre este assunto crucial com o objectivo de estimular um processo aberto e transparente por forma a identificar líderes com cometimento apropriado, conhecimentos e experiência para trabalhar de forma efectiva sobre os direitos da criança.

QUEM?

A CRIN identificou a lista inicial que se segue sobre as posições-chaves, listados em ordem segundo a sua data de renovação. O processo de indicação para estas posições varia consideravelmente e mais detalhes sobre cada posição pode ser encontrada visitando o site da CRIN (www.crin.org):

Director Executivo do UNICEF (termo expira em princípios de 2010)

Membros do Comité Africano sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (próximas eleições a 10 de Julho de 2010)

Membros do Comité sobre os Direitos da Criança (próximas eleições em Dezembro de 2010)

Relator dos Direitos da Criança na Comissão Inter-Americana dos Direitos Humanos (termo expira em Dezembro de 2011)

Representante Especial do Secretário das Nações Unidas sobre Crianças e Conflito Armado (o termo expira em 2012)

Representante Especial do Secretário das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (o termo expira em 2012)

Conselho de Procedimentos Especiais sobre os Direitos Humanos, incluindo o Relator Especial sobre o Tráfico de Pessoas, especialmente crianças e mulheres, e Relator Especial sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (fim do termo não especificado).

As seguintes posições internacionais e regionais também podem trazer um grande impacto sobre os Direitos da Criança, por isso, devem reflectir o cometimento apropriado, conhecimento e experiência.

Secretário Geral das Nações Unidas (termo expira em 2012)

Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (termo expira em 2012)

Conselho do Comissário Europeu para os Direitos Humanos (termo

expira em 2011)

PORQUÊ?

A CRIN tem se envolvido de forma significativa nos assuntos de governação sobre os direitos da criança, tendo participado de forma integral numa recente campanha para a indicação do Representante Especial do Secretário sobre contra a Violência contra a Criança. Juntamente com o Grupo de ONG's para a Convenção dos Direitos da Criança (www.childrightsnet.org), a CRIN monitorou de perto e relatou as eleições para o Comité sobre os Direitos da Criança. A CRIN mantém também um contacto próximo com ocupantes de altos cargos sobre os direitos da criança, uma vez consciente da importância destes papéis e da necessidade de assegurar que os procedimentos são abertos, rigorosamente escrutinados e focalizados na promoção e salvaguarda dos direitos da criança.

O QUÊ?

Uma vez que a lista acima demonstra que o primeiro papel a ser mexido no processo de renovações ou reeleições é o do Director Executivo do UNICEF, a CRIN faz uma chamada de acção à medida que os papéis se tornam disponíveis. Para melhor perceber o papel de cada posição, e proceder a assinatura online das petições, por favor visite <http://www.crin.org/resources/infodetail.asp?id=20623>

Nasce “Lunguissa II”



“Lunguissa II” é a designação optada pelos membros da Rede da Criança para designar o próximo ano trienal deste fórum de organizações que trabalham em prol da criança em situação difícil

em Moçambique.

Ao apostarem por esta designação para designar o projecto que vai orientar as acções durante os próximos três anos, os

membros acreditam existir ainda “zonas de penumbra” deixadas pelo *Lunguissa* (mãe) e que poderão ser aclaradas através de realizações que irão se traduzir em cada vez melhores condições sócio-económicas das crianças em Moçambique.

O encontro de planificação que acabou “parindo” este projecto juntou membros provenientes de todo o país e contou com uma facilitação da Trocaire, organização que é ao mesmo tempo parceira económica e técnica da Rede da Criança.

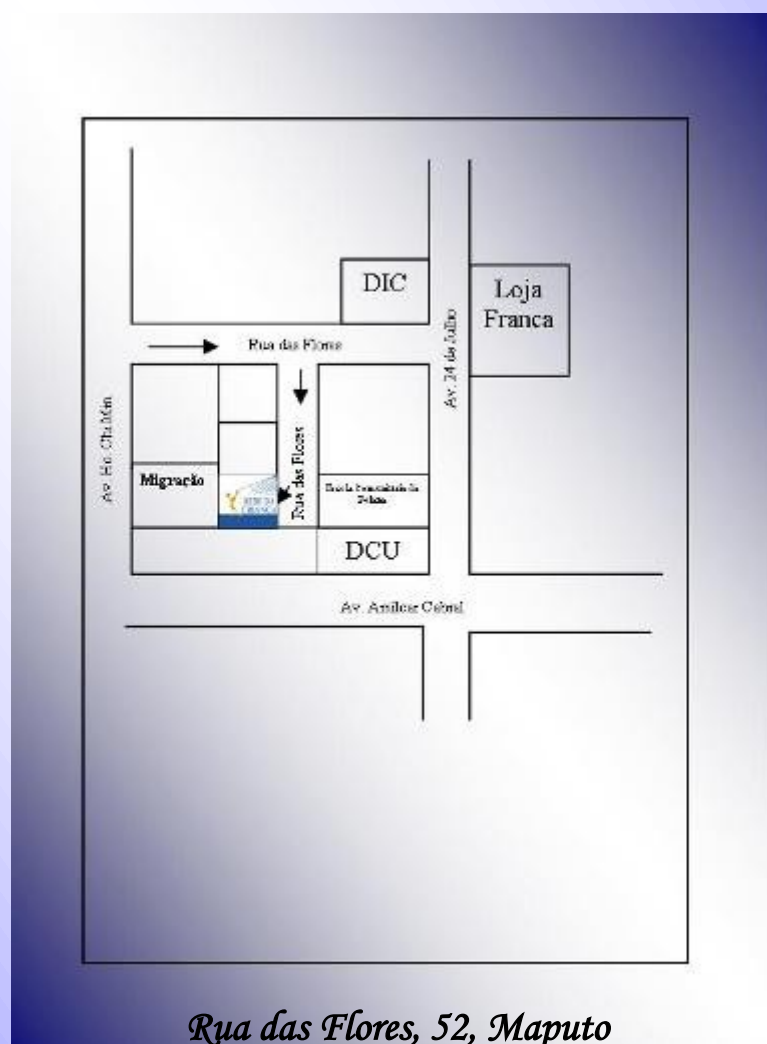
Aliás, esta facilitação despertou a necessidade de fazer o *mainstreaming* do HIV/SIDA em todos os sectores de execução, não apenas para o Lunguissa II, mas também para os projectos desenvolvidos de forma independente pelas organizações.

“O Lunguissa II” assenta ainda no Plano Estratégico 2006-2011, mas os membros exigem mais *agressividade* no triénio 2010-2012. Mantém o mesmo objectivo que é “contribuir para melhorar a vida da criança em situação difícil”

Centro de Recursos para a Criança

Dispomos de soluções para as mais variadas preocupações bibliográficas relacionadas com a criança

Visite-nos e confira



Rua das Flores, 52, Maputo

Aberto todos os dias úteis da semana das 08:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:00h

AGRADECIMENTOS

